

VEÍCULO	A PROVÍNCIA DO PARÁ	
DATA	16 de abril de 1974	
PÁGINA	10 (Cidades)	SEIR. 0174

CONFLITOS

SEMANA DO
ÍNDIO

Conflitos em discussões na Semana

Trabalhadores rurais e professores de 1º e 2º graus, do Estado e do município, serão chamados pela Funai a discutir a questão fundiária que envolve os índios, durante a Semana do Índio que começa nesta terça-feira, dia 19, e se prolonga até o dia 30 de abril, no Centur. Os debates serão conduzidos por técnicos da Funai, do Conselho Indigenista e Missionário (CIMI) e da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Mas a Semana do Índio não será feita apenas de debates. Três exposições de artesanatos, estão marcadas para acontecer simultaneamente no período. A mais importante delas será montada no hall do 3º andar do Centur, de 19 a 30 de abril, e vai mostrar a arte dos índios Wai-Wai. De 18 a 23 de abril estarão funcionando duas exposições, uma no 2º piso do Shopping Center Iguatemi, com peças de tribos indígenas do Pará e de outros Estados, e outra na Estacon, centrada no artesanato Wayana-Apalai.

NA MESMA FOGUEIRA

O administrador regional da Funai, Frederico de Miranda Oliveira, diz que o interesse de atrair professores de 1º e 2º graus e trabalhadores rurais para questões ligadas a conflitos fundiários envolvendo índios deve-se à gravidade que o pro-

blema atingiu e à responsabilidade comum de tentar resolvê-los. "De alguma forma, quase todos estamos na mesma fogueira, em relação a este assunto. E cumpre-nos, por isso, buscar a solução mais adequada. No momento, nosso objetivo de incluir os professores na discussão é realçar sua importância como formadores de opinião. As crianças, muitas vezes, têm idéias erradas sobre índios, como a de que eles têm muita terra, por exemplo. Quanto aos trabalhadores rurais, é importante discutir com eles os meios de evitar mais conflitos", diz Frederico.

COBIÇA POR MINÉRIOS

A Divisão Fundiária da Administração Regional da Funai apresenta números que demonstram a gravidade do problema em reservas indígenas no Estado. Das 37 áreas existentes no Pará, apenas 19 encontram-se regularizadas, ou seja, demarcadas e homologadas pelo presidente da República. E 21 reservas registram problemas de invasão por madeireiros, garimpeiros e, em menor escala, de trabalhadores rurais.

"O maior entrave para a regularização dessas áreas está na pressão exercida pelo empresário sobre o Governo Federal, em função de seus interesses

nas riquezas minerais e vegetais", diz a chefe da Divisão Fundiária da Funai em Belém, Regina Célia da Fonseca Silva.

Ela também mostra como a cobiça por minérios guardados no subsolo das áreas indígenas movimenta lobbies e estimula ações judiciais que contestam a validade das demarcações. Fontes do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) indicam, por exemplo, nada menos do que 638 requerimentos de empresas que pretendem fazer pesquisa mineral em reservas de índios. As áreas mais cobiçadas são a Trincheira Bacajá (90 requerimentos), Tumucumaque (68), Baú (64), Nhamundá-Mapuera (61) e Kaiapó (57). Em documento divulgado conjuntamente, o CIMI Norte II e a Administração Regional da Funai advertem que os direitos dos povos indígenas estão ameaçados, se não houver uma mobilização eficaz no Congresso Nacional, para impedir as mudanças que muitos parlamentares pretendem propor para a Construção promulgada em outubro de 1988.

"A sobrevivência cultural e física dos povos indígenas é absolutamente imprescindível", diz o administrador Frederico Oliveira. "Não podemos cruzar os braços, sob o risco de que a dizimação cultural e física aconteça antes do que se imagina".